DECISÃO SINGULAR DSG - G.FEK - 12656/2020

PROCESSO TC/MS	: TC/19030/2014/001
PROTOCOLO	: 1939572
ÓRGÃO	: EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL SOCIEDADE ANÔNIMA
RECORRENTE	: JOSÉ CARLOS BARBOSA
CARGO DO RECORRENTE	: DIRETOR-PRESIDENTE À ÉPOCA
ASSUNTO DO PROCESSO	: RECURSO ORDINÁRIO
DECISÃO RECORRIDA	: DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 8756/2018
RELATOR	: Cons. FLÁVIO KAYATT

RELATÓRIO

Trata a matéria dos autos da análise do recurso ordinário interposto pelo Sr. José Carlos Barbosa, Ex-Diretor Presidente da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul Sociedade Anônima (Sanesul), contra os efeitos dos termos da Decisão Singular DSG - G.JD - 8756/2018 (relator o Conselheiro Jerson Domingos, pç. 33, fls. 425-428, do Processo TC/19030/2014), que cominou multa ao recorrente no valor equivalente ao de 30 (trinta) UFERMS, em razão da intempestividade na remessa de documentação ao Tribunal de Contas.

Discordando da cominação da penalidade, o gestor à época interpôs recurso ordinário com fulcro nos arts. 66, I, e 69, da Lei Complementar n. 160, de 2 de janeiro de 2012, pleiteando a reforma da decisão sob a alegação de ilegalidade na cominação da multa, que não teria sido aplicada de acordo com a previsão contida no § 1º do art. 46 da Lei Complementar n. 160/2012.

Aduziu também que o Provimento n. 02/2014 não estaria em vigor na data da remessa documental, não podendo ser utilizado para embasar a aplicação da penalidade, por ser vedada a retroatividade da norma penalizadora. Por fim, alegou que o fato não resultou em dano ao erário, postulando a redução da penalidade com aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Após o recebimento do recurso pela presidência deste Tribunal (DSP-GAB.PRES-5793/2019, pç. 3, fl. 20), sobreveio a informação de que o recorrente aderiu ao programa de redução de multas instituído pela Lei (estadual) n. 5.454, de 15 de dezembro de 2019, efetuando a quitação da penalidade aplicada na Decisão Singular DSG - G.JD - 8756/2018, conforme comprova a certidão de quitação acostada às fls. 440-441 do Processo TC/19030/2014 (pç. 42).

Diante disso, ao proceder à análise do recurso, a equipe técnica da Divisão de Fiscalização de Licitações, Contratações e Parcerias/Coordenadoria de

Licitações e Contratações do Estado entendeu que o recurso deve ser desprovido e a decisão recorrida deve ser mantida, pois o pagamento da multa configura concordância tácita do recorrente com a aplicação da penalidade (ANA-DFLCP/CLCE-9634/2020, pç. 6, fls. 23-25).

Encaminhados os autos ao Ministério Público de Contas (MPC), o Procurador de Contas expediu o Parecer PAR-2ªPRC-12453/2020 (pç. 7, fls. 26-27), no qual opinou pelo arquivamento do recurso nos seguintes termos:

> (...) no entendimento desta Procuradoria de Contas, com o pagamento da multa, o exame do recurso em apreço resta prejudicado em face da perda superveniente de seu objeto, destacando que o ato normativo editado pela Corte que dispõe sobre o pagamento de multas ao FUNTC, com redução e parcelamento, prevê, em seu artigo 5º, renúncia de quaisquer meios de defesa, ocasionando a extinção dos feitos de recursos que tenham por objeto o questionamento da sanção imposta (...)
>
> (...)
>
> Posto isso, o Ministério Público de Contas que atua junto a esta egrégia Corte Fiscal, opina pela extinção e consequente arquivamento do presente feito, comunicando-se o resultado do julgamento aos interessados, na forma regimental.

É o relatório.

DECISÃO

Acerca da matéria em exame, tenho que o feito comporta solução mediante decisão de extinção sem julgamento de mérito, em razão da perda do objeto e do interesse recursal que decorrem da adesão do recorrente ao programa de redução de multas previsto na Lei (estadual) n. 5.454/2019, de 15 de dezembro de 2019, e regulamentado por meio da Instrução Normativa PRE/TCMS n. 13, de 27 de janeiro de 2020, cujo art. 6º, § 2º, prevê a extinção do processo no caso de pagamento da multa.

Nesse sentido, reputo estar comprovado que o recorrente anuiu ao programa e efetuou a quitação da multa, conforme atestado por meio da “Certidão de Quitação de Multa” encartada à fls. 440-441 dos autos do TC/19030/2014.Tal informação é suficiente para proceder ao arquivamento do recurso sem julgamento de mérito, pois a adesão ao programa de redução de multas e o subsequente pagamento da multa pelo recorrente implicam em confissão quanto à existência do débito e, por decorrência, em renúncia a eventual pretensão reformista que tenha por objeto tal débito. Essa situação está prevista na própria Instrução Normativa PRE/TCMS N. 13, de 2020, cujo art. 5º contém a seguinte redação (grifei):

> Art. 5º O deferimento do pedido de pagamento dos débitos com os benefícios concedidos, conforme regulamenta esta Instrução Normativa, **constitui confissão irretratável da dívida** em cobrança administrativa ou judicial, **renúncia e desistência de quaisquer meios de defesa**, impugnação e **recurso administrativo** ou judicial que tenha por objeto o questionamento do crédito devido ao FUNTC.

O pagamento da penalidade implica em evidente perda do interesse recursal, autorizando o julgador a extinguir o feito sem julgamento do mérito, nos termos do inciso VI do art. 485 do Código de Processo Civil, aplicado subsidiariamente no âmbito deste Tribunal de Contas por força da norma do art. 89 da Lei Complementar n. 160/2012. Nesse sentido, os seguintes precedentes judiciais:

- RECURSO ORDINÁRIO. PERDA DO OBJETO. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL SUPERVENIENTE. EXTINÇAO SEM RESOLUÇAO DE MÉRITO. ARTIGO 267, VI, CPC [atualmente art. 485, VI, do CPC]. Se no curso da marcha processual advir fato novo capaz de tornar inócua a existência jurídica do processo, por inconteste perda do objeto vindicado no feito e pela falta de interesse superveniente, este deverá ser extinto sem resolução de mérito, na esteira do art. 267, inciso VI, do CPC. (TRT-14 - RO: 672 RO 0000672, Relator: JUIZA FEDERAL DO TRABALHO CONVOCADA ARLENE REGINA DO COUTO RAMOS, Data de Julgamento: 27/10/2010, SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DETRT14 n.0199, de 03/11/2010)
- AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESBLOQUEIO DE VALORES. PERDA DE OBJETO. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL SUPERVENIENTE. Não mais subsiste o interesse recursal do recorrente porque a tutela jurisdicional ora postulada já foi atendida pela decisão, proferida em Agravo de instrumento relacionado, e que determinou o desbloqueio do numerário pertencente ao agravante. (TRF-4 - AG: 50084087620194040000 5008408-76.2019.4.04.0000, Relator: VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA, Data de Julgamento: 04/09/2019, QUARTA TURMA)

Dessarte, tenho como incontestável a perda do objeto do recurso interposto pelo recorrente, pois o pagamento da multa cominada pela decisão DSG-G.JD-8756/2018 constitui ato de inequívoca concordância com sua aplicação e se revela incompatível com a pretensão recursal de exclusão da penalidade aplicada.

Assim, em face do exposto, acolho a manifestação do Ministério Público de Contas (MPC) e, dando cumprimento ao art. 6º, § 2º da Instrução Normativa PRE/TCMS Nº 13/2020, **DECIDO <u>extinguir</u>** o Processo TC/19030/2014/001, sem resolução de mérito, e **<u>determinar o seu arquivamento</u>**, com fundamento no art. 485, VI, do Código de Processo Civil, e no art. 11, V, “a”, do Regimento Interno (aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98, de 5 de dezembro de 2018), em razão da ocorrência de fato novo no transcorrer do andamento processual (correspondente ao pagamento, pelo senhor José Carlos Barbosa, da multa que lhe fora infligida por meio da Decisão Singular DSG-G.JD-8756/2018), o qual ocasionou a perda de

objeto do recurso e, por consequência, a falta de interesse processual superveniente do recorrente.

É como decido.

Campo Grande/MS, 09 de dezembro de 2020.

Conselheiro FLÁVIO KAYATT
Relator

AK